



**RELATÓRIO ESTRUTURAL DO MERCADO DE
TRABALHO DO MARANHÃO**

Ano I, N.º I, 2016

Universidade Federal do Maranhão

Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão OMT-MA

Coordenação Geral

Marcelo Sampaio Carneiro

Coordenação Organizacional

Flávia de Almeida Moura

Coordenação Técnica

Tadeu Gomes Teixeira

Pesquisadores

Paulo Keller

Bruno Rogens Ramos Bezerra

Assistentes de Pesquisa

Anacleto Aníbal Xavier Domingos

Cellyna Manuelle Silva da Paixão

Lucas Lima Silva

Elaboração do Relatório

Tadeu Gomes Teixeira

Sumário

Apresentação.....	3
1. Caracterização Demográfica do Estado do Maranhão.....	4
2. Aspectos estruturais da força de trabalho maranhense.....	9
2.1. Características e tendências da ocupação.....	12
2.2 Rendimento da População.....	17
3. Comportamento e Tendências do Emprego Formal.....	22

Apresentação

O Observatório do Mercado de Trabalho do Maranhão (OMT-MA) foi concebido para difundir informações sobre o mercado de trabalho e subsidiar políticas públicas de emprego e renda por meio da divulgação de estatísticas sobre o mercado de trabalho maranhense.

O surgimento da unidade maranhense do Observatório do Trabalho, vinculado à rede do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, teve início em outubro de 2015. À época, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio do Grupo de Pesquisa Trabalho e Sociedade (GPTS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, celebrou convênio com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho para a implantação da unidade.

Para acompanhar a dinâmica do mercado de trabalho maranhense, a equipe do OMT-MA preparou relatórios com diferentes enfoques. O Boletim Mensal do Mercado de Trabalho Maranhense tem como propósito verificar o comportamento do emprego formal por meio do monitoramento das informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). O Boletim Conjuntural Trimestral, elaborado para São Luís e Maranhão, tem como foco mapear a conjuntura do mercado de trabalho por meio de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e pela consolidação de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Os Relatórios Estruturais do Mercado de Trabalho, realizado para o estado do Maranhão, São Luís, Açailândia, Barreirinhas, Codó e Imperatriz, buscam captar as mudanças populacionais, ocupacionais, no rendimento e no emprego formal.

A equipe do OMT-MA espera que as informações disponibilizadas em cada Relatório e Boletim possam gerar debates e discussões sobre o desenvolvimento do nosso estado e sobre as políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

Boa leitura!

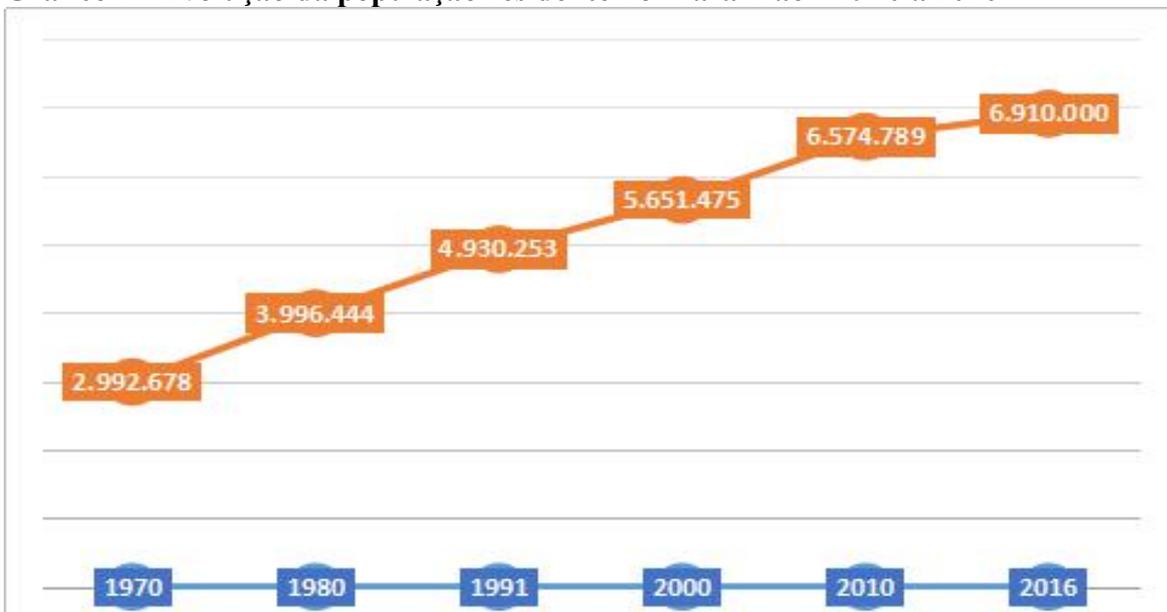
Prof. Tadeu Gomes Teixeira
Coordenador Técnico do OMT-MA



1. Caracterização Demográfica do Estado do Maranhão

A população maranhense totalizou seis milhões, novecentos e dez mil habitantes, de acordo com dados da PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao segundo trimestre de 2016 (abril-junho). Em uma perspectiva longitudinal, nota-se que a população maranhense saltou de um total 3.996.444 em 1980 para 4.930.253 em 1991, chegando a 2010 com 6.574.789 pessoas residindo no Estado.

Gráfico 1 - Evolução da população residente no Maranhão – 1970 a 2016



Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Pnad Contínua 2º Bimestre de 2016

Em 2016, as mulheres correspondem à 50,8% da população maranhense, indicando que há 112 mil mulheres a mais que os homens. Nota-se, pelo Gráfico 2, que a composição da população por sexo é estável entre 1970 e 2016. Verifica-se que há uma permanência da proporcionalidade entre os sexos, mesmo com o aumento populacional entre 1980 e 2010. A proporção é estável, com a população feminina ligeiramente superior, sempre na casa de 50% da população e a masculina na casa dos 49%, proporção que permanece em 2016.



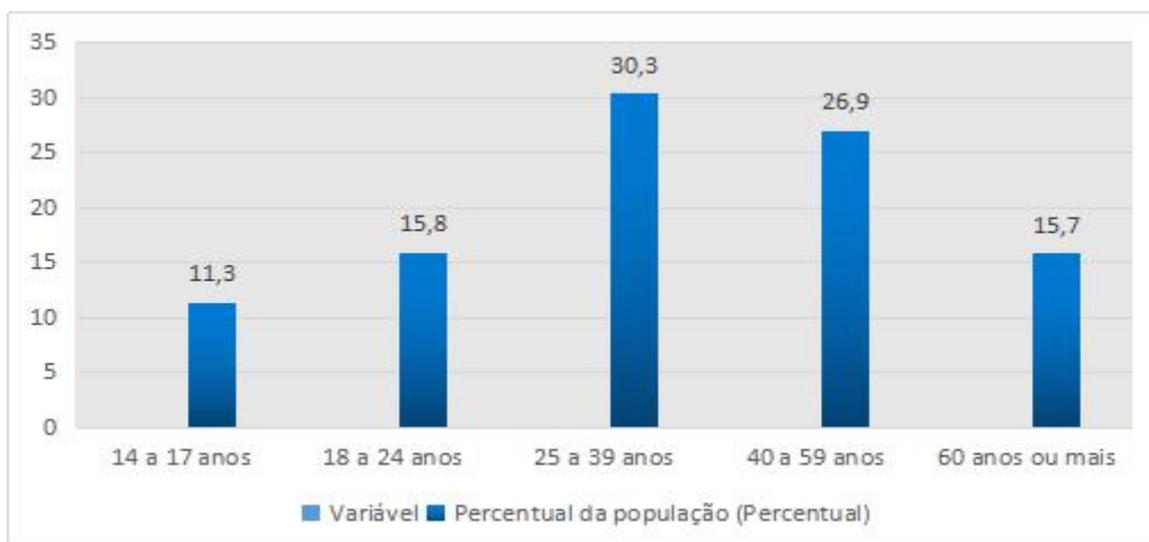
Gráfico 2 - População maranhense por sexo - 1970 a 2016 - Em percentual



Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Pnad Contínua 2º bimestre de 2016

Ao verificar os grupos de idade que compõem a população em 2016, nota-se que a maior concentração populacional está no grupo etário de 25 a 39 anos, com 30,3% da população, seguida do grupo de 40 a 59 anos (26,9%). Trata-se, portanto, de uma população predominantemente adulta.

Gráfico 3 - População maranhense por grupos de idade em 2016 - Em percentual



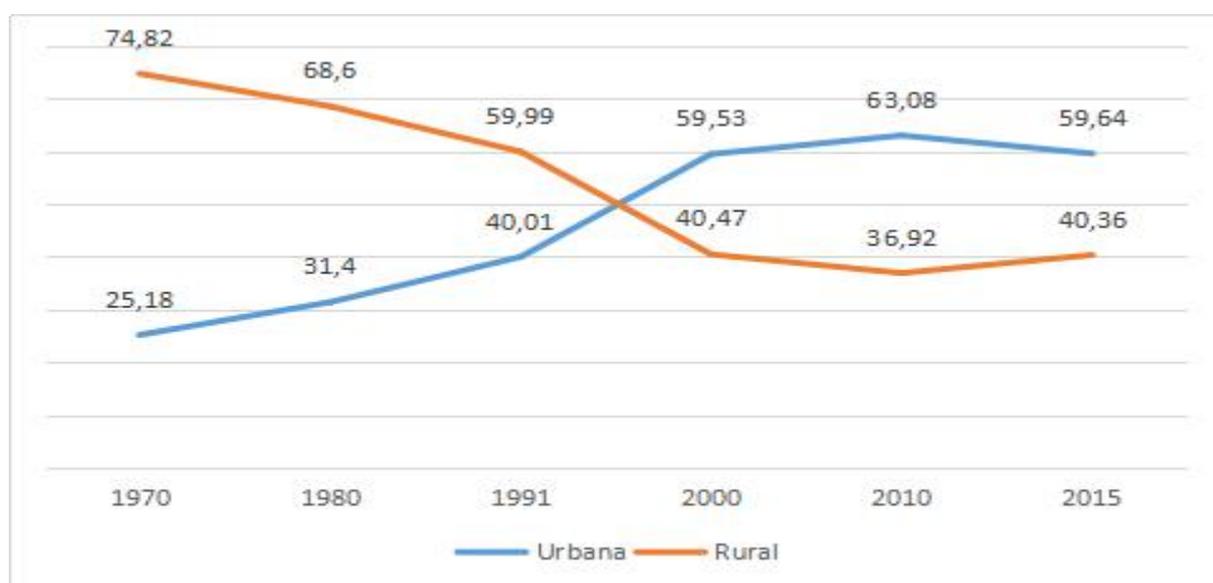
Fonte: IBGE - Pnad Contínua 2º bimestre de 2016

Ao analisar a distribuição por situação de domicílio (residência na zona urbana ou rural), o Maranhão continua a ser o estado da federação com o maior percentual de habitantes na zona rural (40,36%). A



população urbana maranhense só superou a rural no final da década de 1990, tendo o censo de 2000 captado a transição e registrado a população urbana em 59,53%. Em 2010 houve um aumento da população urbana para 63,92%, tendência que foi interrompida nos anos seguintes e a ser confirmada no próximo censo, considerando que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2015 revelou um crescimento da população rural, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 - População maranhense por situação de domicílio 1970 a 2015 - Em percentual

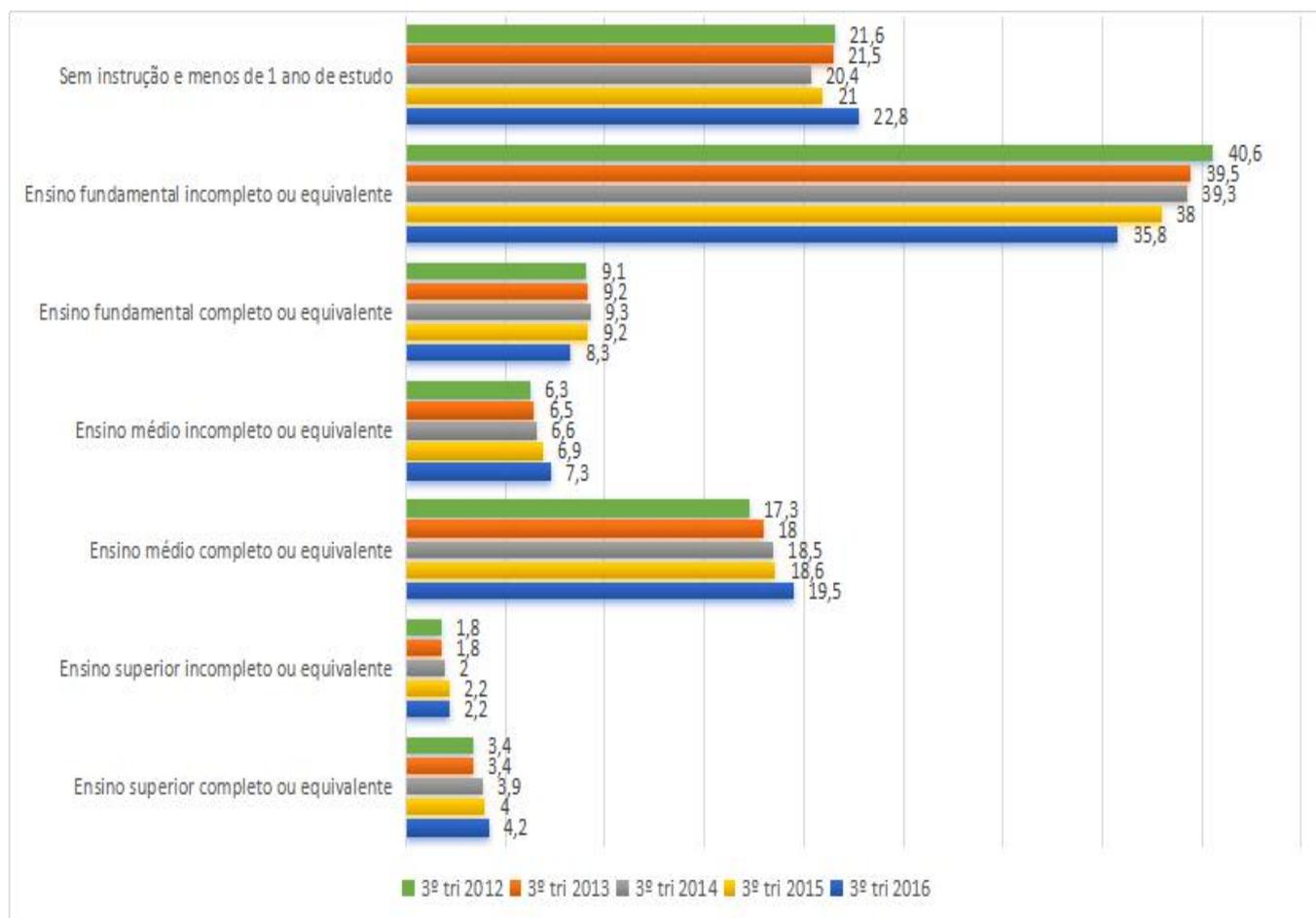


Fonte: Censos Demográficos e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2015

Quanto ao nível de instrução, verifica-se que em 2016 ainda há um alto percentual de pessoas sem instrução: 22,8%. Além disso, só 8,3% têm o ensino fundamental completo e 19,5% o ensino médio. A diferença entre o nível fundamental e médio indica uma possível melhora da escolaridade entre a população jovem. Em relação ao ensino superior, apenas 4,2% da população completou esse nível de ensino (Gráfico 5).



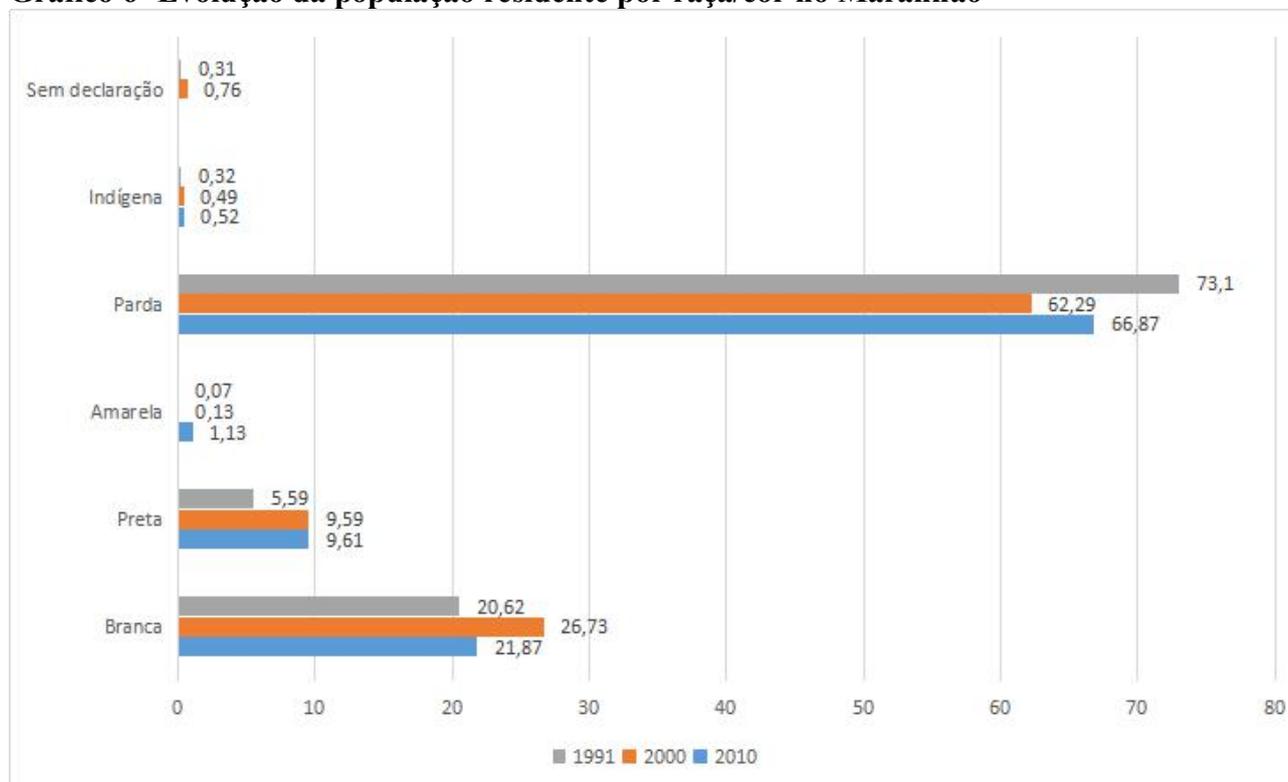
Gráfico 5 – Evolução do Nível de instrução da população entre 3º trimestre de 2012 e 2016 - Em percentual



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral

Ao analisar a distribuição da população maranhense por cor/raça, destaca-se a oscilação de pardos entre 1991, quanto totalizavam 73,1%, e 2000, com uma redução para 62,29%. Em 2010 houve, contudo, novo aumento dos autodeclarados pardos, representando 66,87% da população. Concomitantemente, houve a diminuição das autodeclarações de brancos de 2000 (26,73%) para 2010 (21,87%). A população negra manteve-se estável de 2000 para 2010, compreendendo 9% da população. A população amarela e indígena, contudo, tiveram um aumento. Os indígenas saíram de 0,32% em 1991 para 0,52% em 2010, enquanto a população que se autodeclara amarela saltou de 0,7% para 1,13%, como se observa no Gráfico 6.

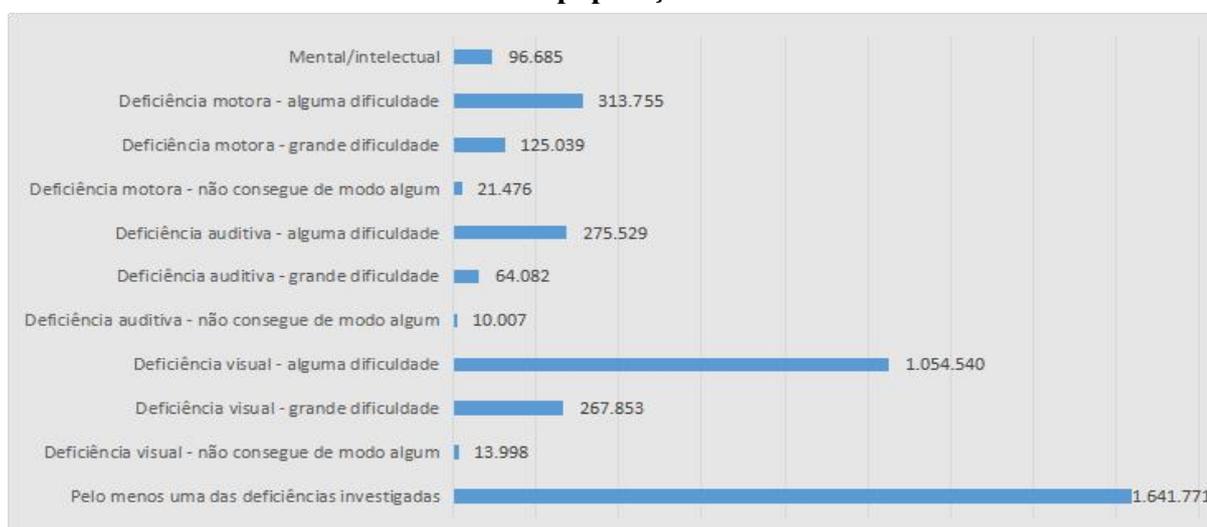
Gráfico 6- Evolução da população residente por raça/cor no Maranhão



Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Quando o critério analisado é a existência de alguma deficiência, constata-se que em 2010 havia 24,97% da população com algum tipo de deficiência, o que representava 1.641.771 pessoas, como apresentado no Gráfico 7. Entre a população deficiente, 64,23% sofriam com alguma deficiência visual.

Gráfico 7- Pessoas com deficiência na população em 2010





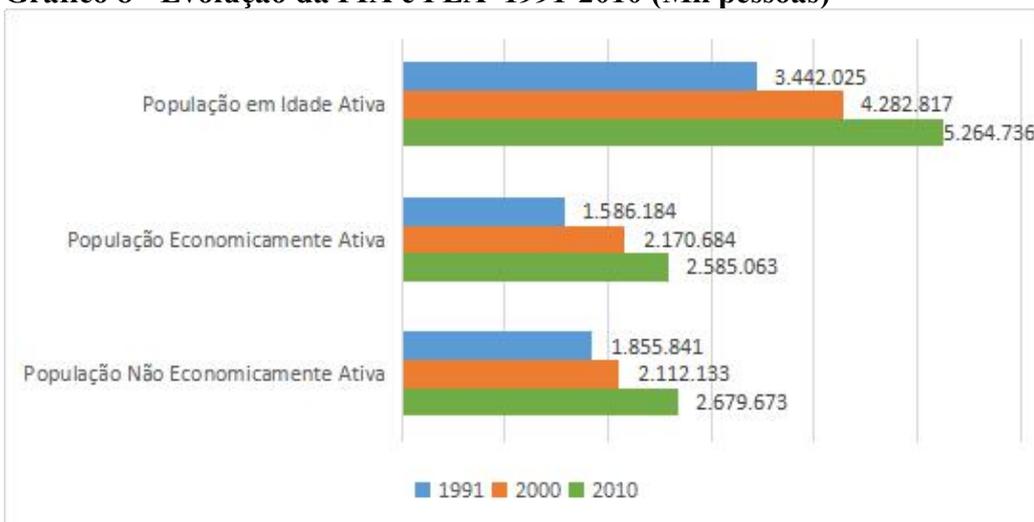
Fonte: IBGE- Censo Demográfico de 2010

A próxima seção será dedicada aos aspectos estruturais do mercado de trabalho maranhense.

2. Aspectos estruturais da força de trabalho maranhense

A população em Idade Ativa no Maranhão - pessoas com mais de dez anos de idade que formam a potencial força de trabalho - teve um incremento de 1.822.711 pessoas entre os censos de 1991 e 2010, ou seja, saltou de 3.442.025 para 5.266.736 pessoas, conforme o Gráfico 8. A População Economicamente Ativa - que integrava o mercado de trabalho na condição de ocupados ou desocupados - saltou no período de 1.589.184 para 2.585.063 pessoas.

Gráfico 8 - Evolução da PIA e PEA 1991-2010 (Mil pessoas)

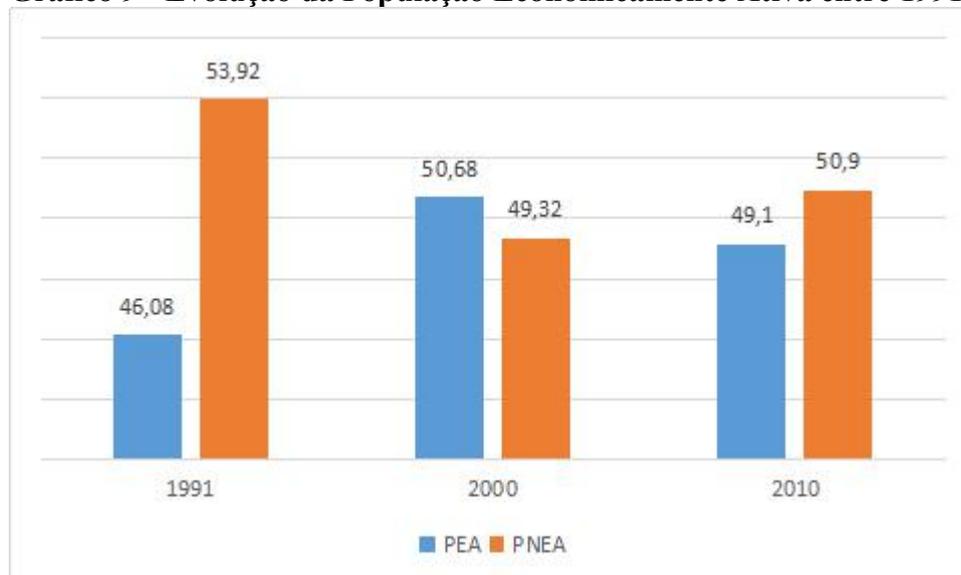


Fonte: Censos Demográficos

Em termos percentuais, a PEA teve um crescimento entre as décadas de 1990 e 2000, saindo de 46,08% para 50,64%, mantendo-se relativamente estável no censo de 2010 (49,1%), conforme Gráfico 9.



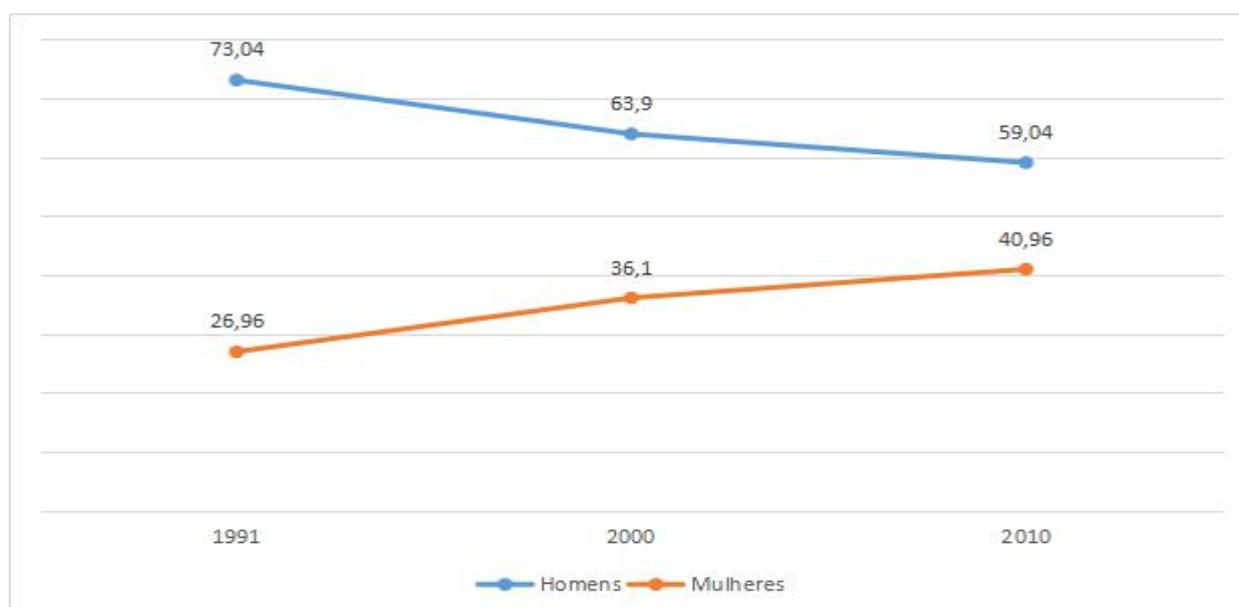
Gráfico 9 - Evolução da População Economicamente Ativa entre 1991 e 2010



Fonte: Censos Demográficos

Ao analisar a participação feminina na População Economicamente Ativa, verifica-se que houve uma crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho. Elas participavam da PEA em 1991 com apenas 26,96% da força de trabalho, tendo aumentado para 36,1% em 2000 e chegando a 40,96% em 2010.

Gráfico 10 - Evolução da participação feminina na PEA entre 1991 e 2010

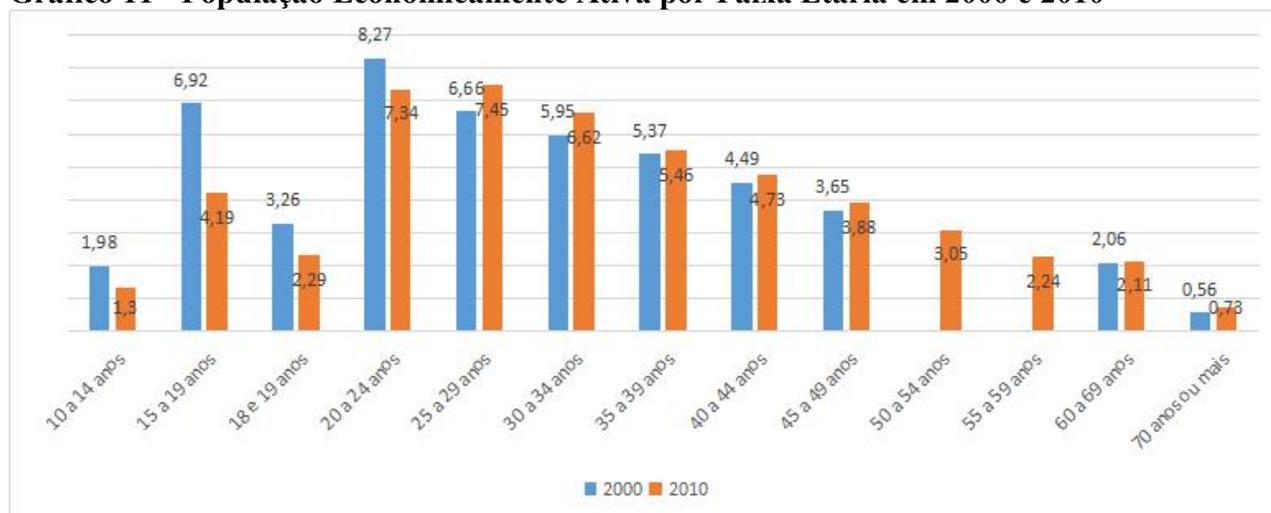


Fonte: Censos Demográficos



Ao analisar a faixa etária da População Economicamente Ativa, constata-se que houve uma redução da participação de crianças entre 2000 e 2010, havendo uma redução de 1,98% para 1,3%, o que significa que houve uma redução de 84.896 crianças para 68.220.

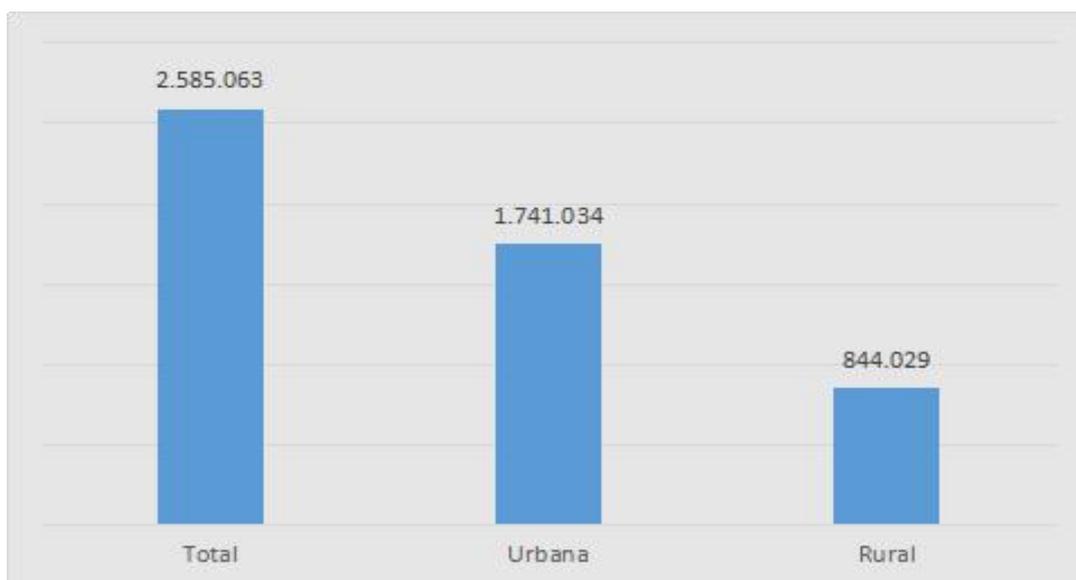
Gráfico 11 - População Economicamente Ativa por Faixa Etária em 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos

Quanto à situação de domicílio, a PEA urbana representava em 2010 33,07% da população maranhense, contra 16,03% da PEA rural.

Gráfico 12 – PEA por situação de domicílio 2010



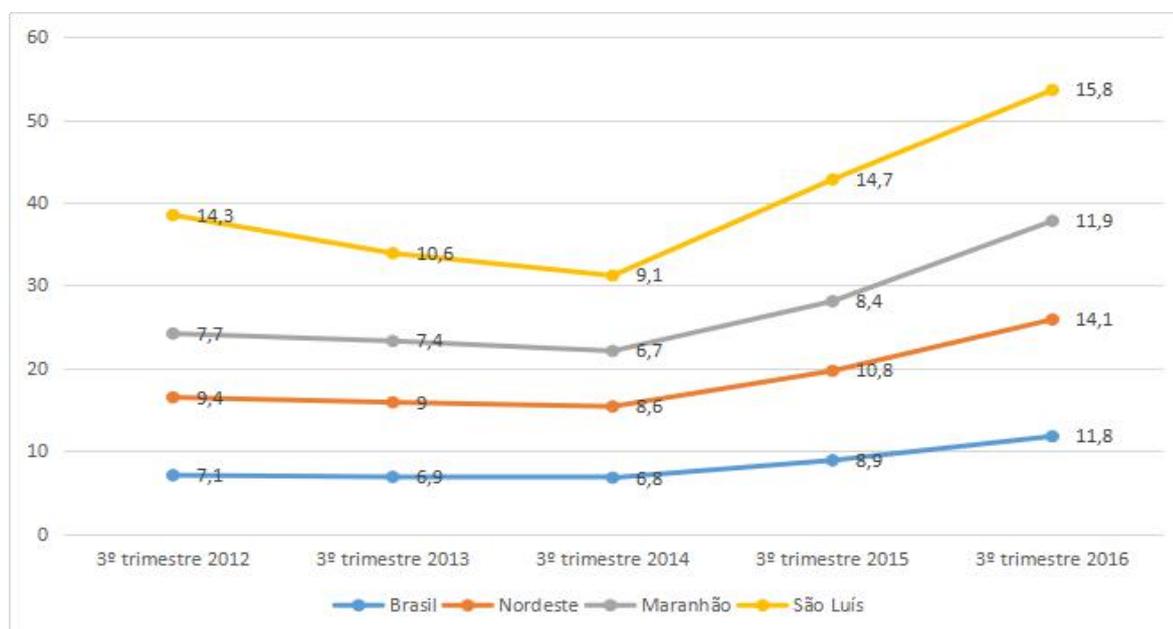
Fonte: Censos Demográficos



2.1. Características e tendências da ocupação

A taxa de desemprego no mercado de trabalho maranhense tem sido crescente desde o 3º trimestre de 2013 tanto no Brasil, na região Nordeste, no Maranhão e em São Luís, conforme o Gráfico 13.

Gráfico 13 - Evolução da taxa de desocupação no Brasil, Nordeste, Maranhão e São Luís - 3º trimestre de 2013 ao 3º trimestre de 2016

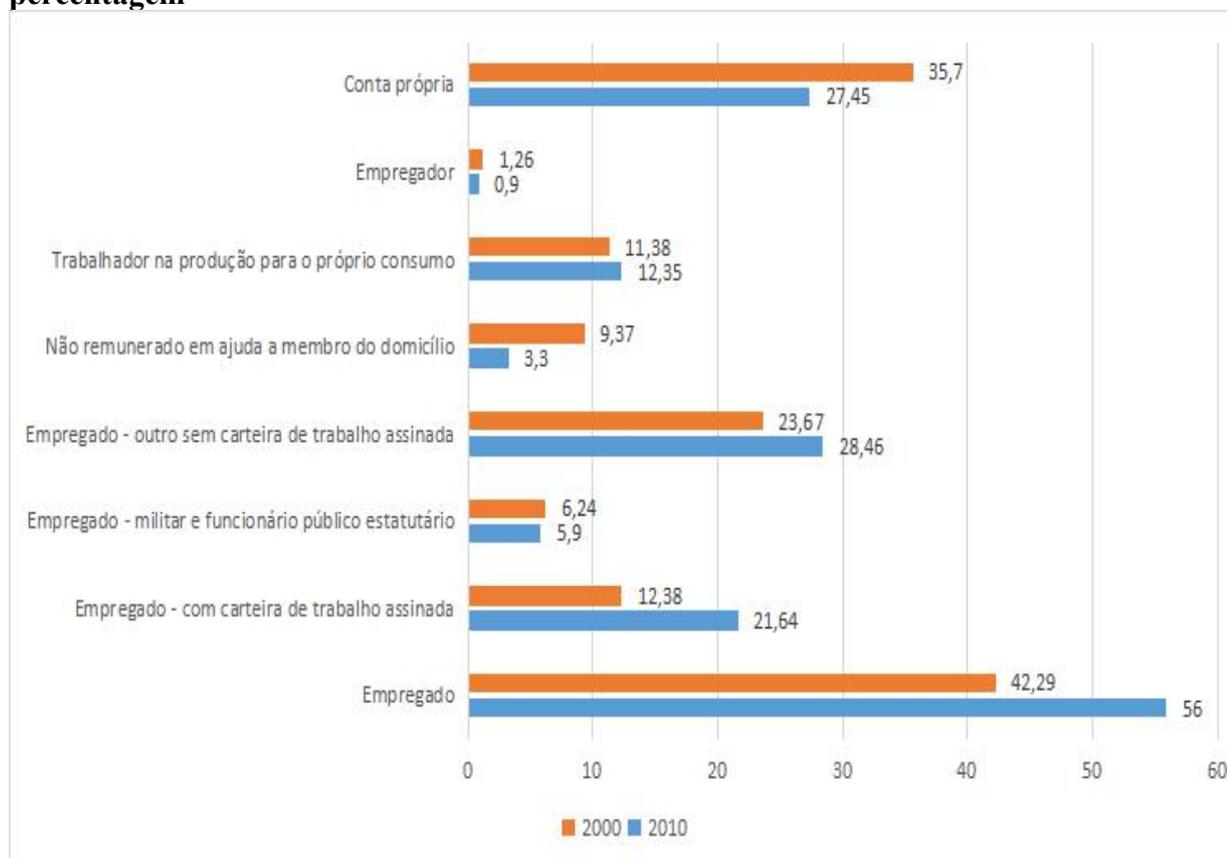


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

Entre 2000 e 2010, nota-se que houve uma redução da informalidade. O percentual de trabalhos por conta própria passou de 35,7% para 27,45%. Ao mesmo tempo, os dados revelam que houve um ligeiro aumento dos trabalhadores que trabalhavam para o próprio consumo, que passou de 11,38% para 12,35%. No mesmo período, contudo, houve o aumento do número de empregados, que saltou de 42,29% para 56% no período. O número de trabalhadores formais, contudo, era de apenas 27,54% em 2010.



Gráfico 14 - Evolução da População Ocupada por Posição na Ocupação - 2000 e 2010 - Em percentagem

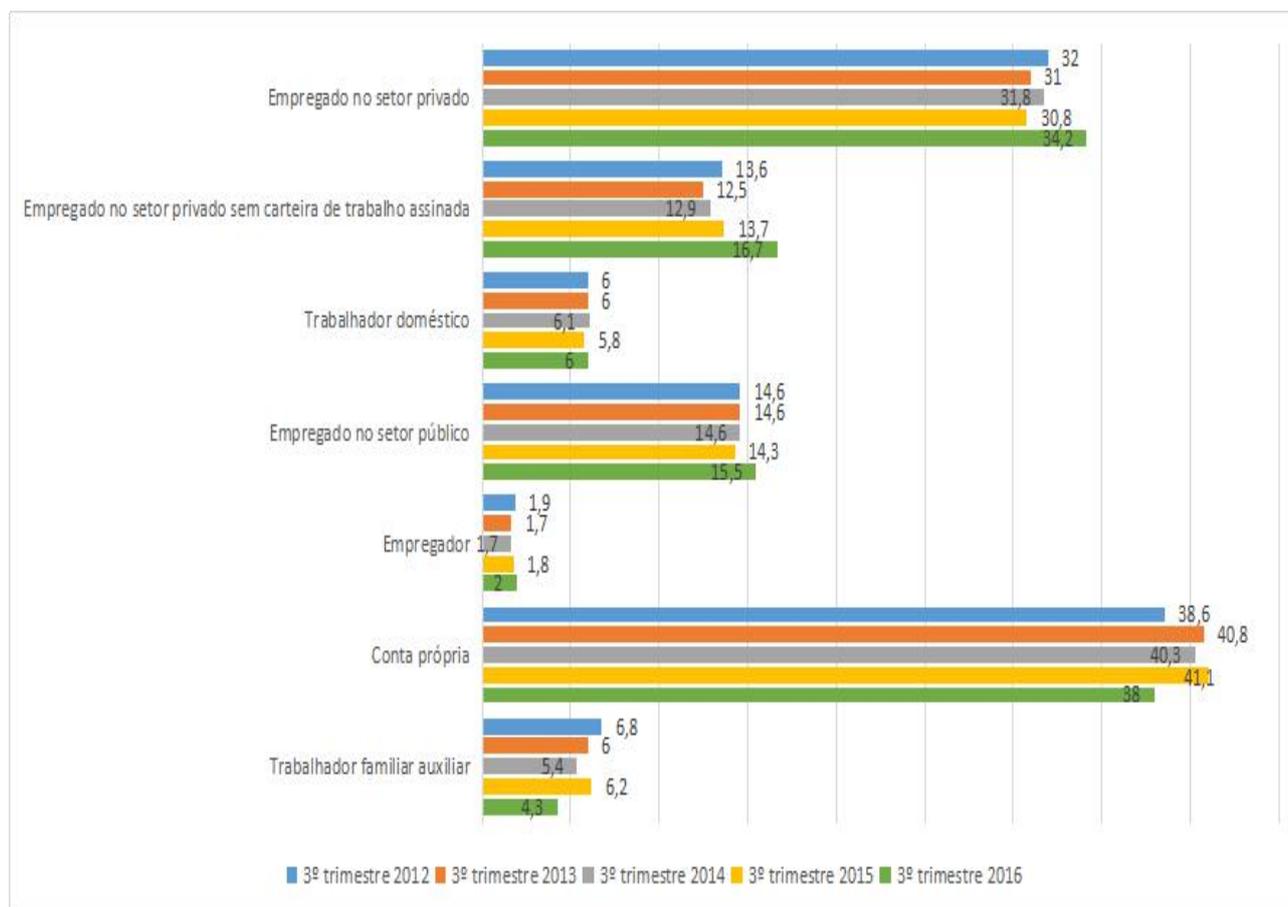


Fonte: Censos Demográficos

Ao buscar essas mesmas informações na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, que traz dados a partir de 2012, verifica-se que no 3º trimestre de 2012 a informalidade era de 38,6%, chegou a 41,1% em 2015 e refluíu para 38% no 3º. trimestre de 2016. Houve o aumento do número de empregadores no período, chegando ao final de 2016 à 2% (cerca de 40 mil pessoas). O percentual de trabalhadores formais no 3º. trimestre de 2016 era de 33%.



Gráfico 15 - Evolução da População Ocupada por Posição na Ocupação entre 2012 e 2015



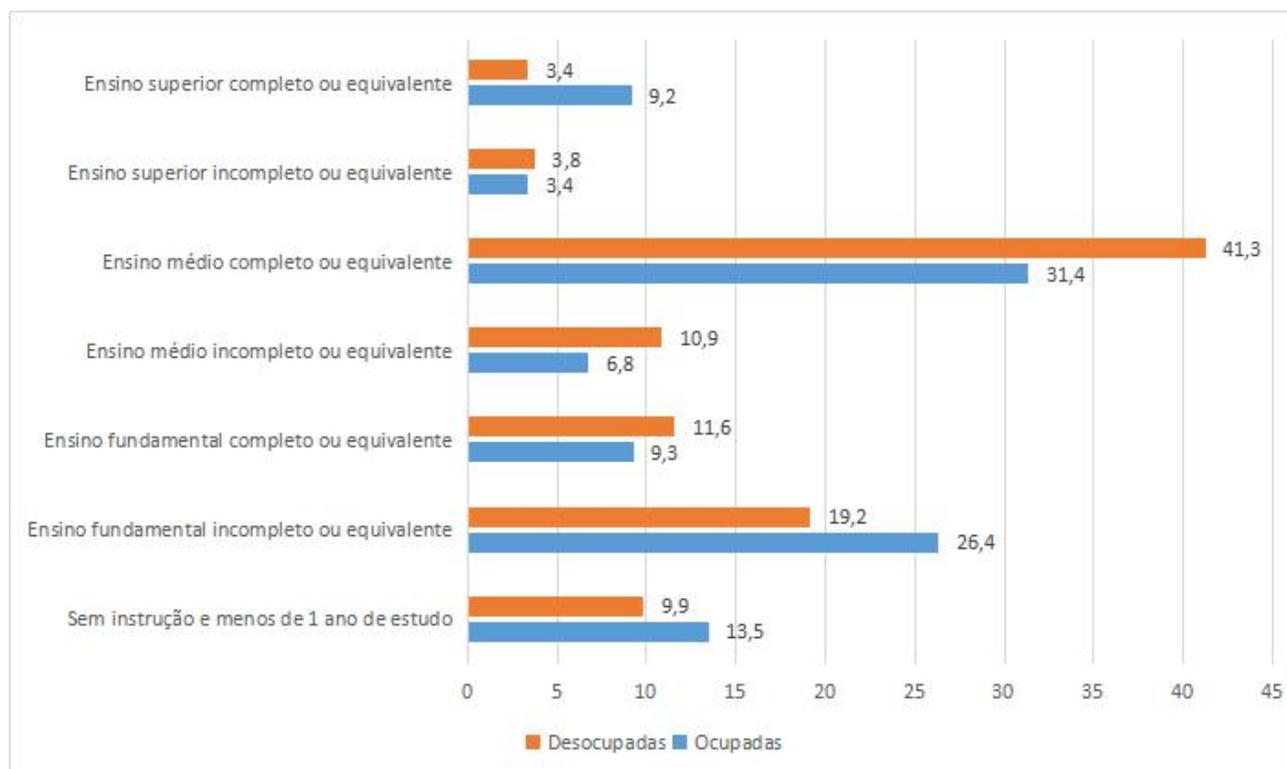
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral

Ao investigar a existência de pessoas com deficiência na PEA, constata-se que em 2010 o censo indicava a presença de 29,08% de trabalhadores com alguma deficiência. Como se observa no gráfico 16, a população masculina com alguma deficiência e participação na PEA é superior à feminina. Em termos percentuais, são 6,04% de homens e 13,04% de mulheres com alguma deficiência na PEA.

O percentual de pessoas ocupadas e desocupadas por nível de instrução revela que, entre os ocupados, predominam os que possuem ensino médio completo (31,4%), seguido dos que têm ensino fundamental incompleto (26,4%). Já entre os desocupados, predominam também os que concluíram o ensino médio completo. Em relação ao ensino superior, verifica-se que há um baixo percentual de desocupados com nível superior (3,4%).



Gráfico 16 - População ocupada e desocupada por nível de instrução - 3º. trimestre de 2016

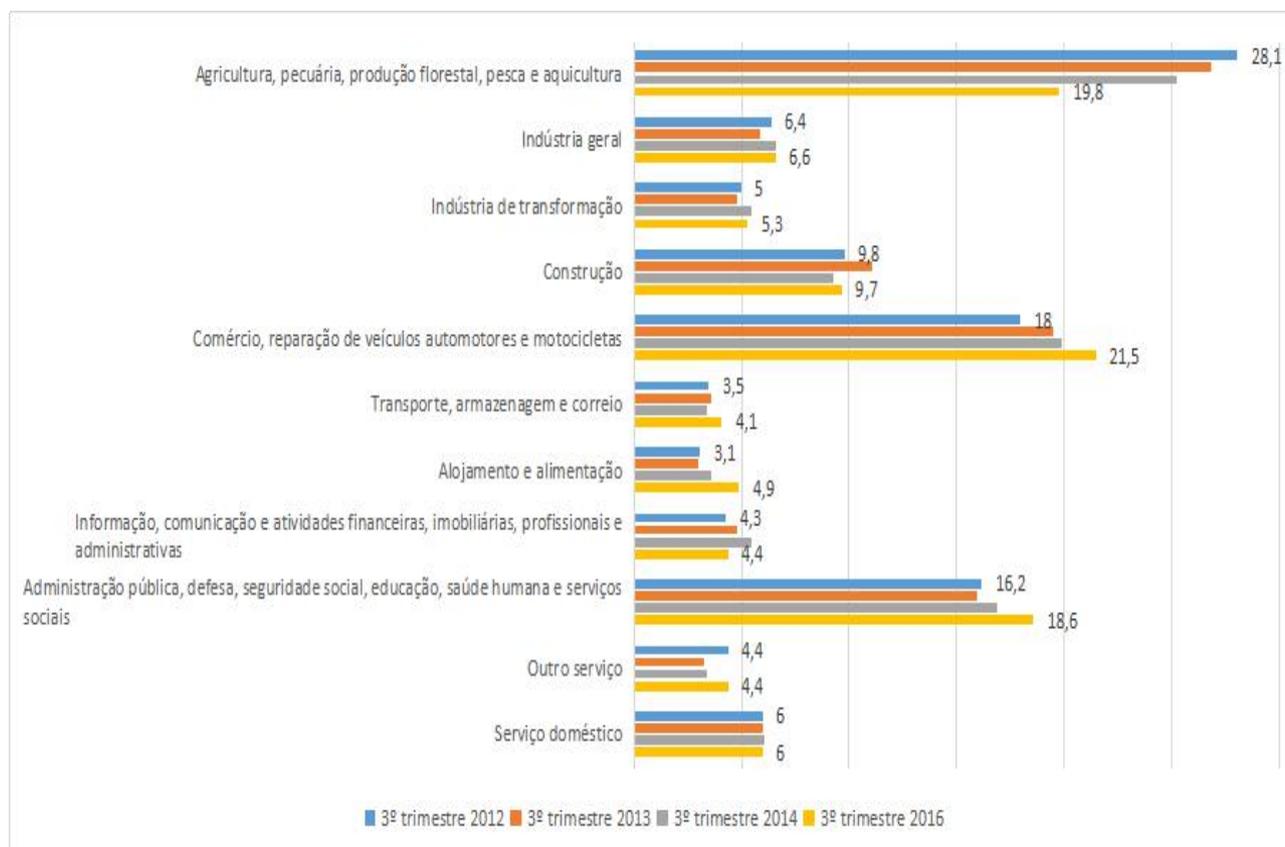


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

A PNAD Contínua mostra uma tendência importante do emprego por seção de atividade do trabalho principal. Enquanto em 2010 a Agropecuária, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura respondiam por 31,83% das ocupações, de acordo com o censo de 2010, houve uma queda dessa percentual a partir de 2012, quando passou a representar 28,1% e chegou a 19,8% no 3º. trimestre de 2016.

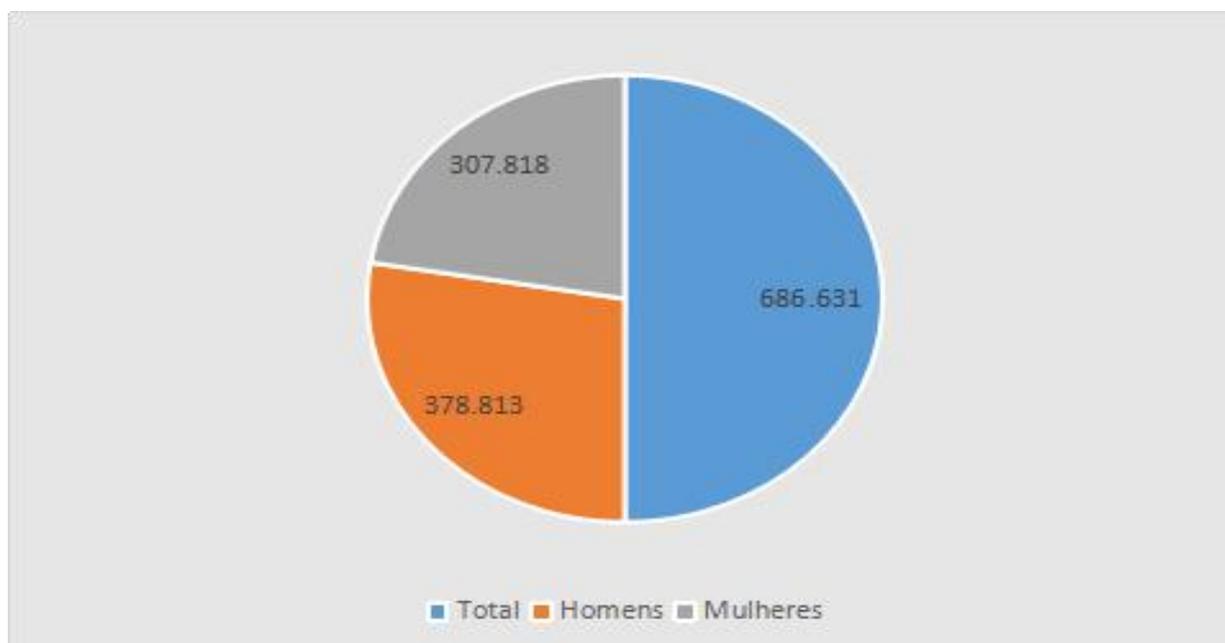
A Indústria de Transformação, por sua vez, registrava 4,9% das ocupações no censo de 2010, chegando a 2016 com 5,3%. As atividades que continuam a empregar a maior parte da população, contudo, são a Administração Pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviço Social (18,6% e, 2016) e Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Bicicletas (21,5% em 2016).

Gráfico 17 - Pessoas ocupadas por grupamento de atividade principal



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

Gráfico 18 - Homens e mulheres com algum tipo de deficiência e participação na PEA - 2010





Fonte: IBGE – Censo Demográfico

A próxima seção é dedicada ao rendimento da população.

2.2 Rendimento da População

Quanto ao rendimento, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio mostram a distribuição do rendimento médio mensal da população em idade ativa (pessoas com mais de 10 anos de idade). De acordo com os dados, verifica-se que em 2015 18,1% da população auferiam até meio salário mínimo (1.024.000 pessoas). Em 2013, eram 16,47% nessa faixa de rendimento (908 mil pessoas). O aumento do percentual de pessoas nessa faixa de rendimento pode estar relacionado ao decréscimo da população sem rendimento.

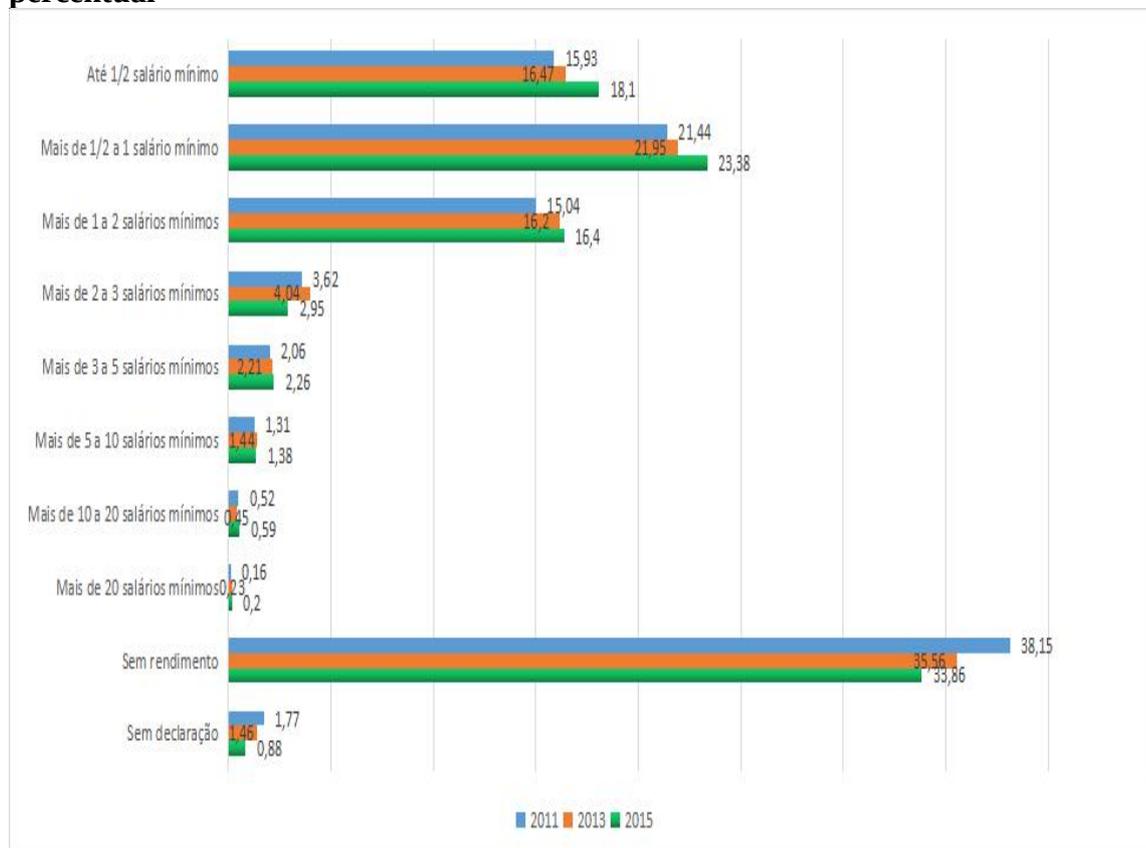
Em 2015, 23,38% auferiam entre meio e um salário mínimo (1.322.000 pessoas), enquanto em 2013 o percentual era de 21,95% (1.211.000 pessoas). O percentual dos que ganhavam entre um e dois salários mínimos também aumentou entre 2011 e 2015, saindo de 15,04% em 2011 e chegando a 16,4%.

Houve, contudo, uma redução no percentual dos que ganhavam entre dois e três salários mínimos, que aumento entre 2011 e 2013, quando chegou a 4,04%, e regrediu para 2,95% em 2015 (redução de 223 mil mil pessoas para 167 mil). Houve também um ligeiro aumento dos que ganham entre três e cinco salários mínimos entre 2013 e 2015 (de 122 para 128 mil pessoas), ou seja, de 2,21% para 2,26%. A renda caiu para os que ganham de cinco a dez salários mínimos entre 2013 e 2014, passando de 79 para 78 mil pessoas (1,44% para 1,38%). Ainda no topo, houve um aumento entre os que ganham mais de dez a vinte salários mínimos, que saíram de 0,45% para 0,59% (de 25 para 30 mil pessoas).

Em 2015, no cômputo geral, há 57,88% da população recebendo até dois salários mínimos, 8,32% recebendo valores acima e 33,8% sem rendimento.



Gráfico 19 - População por faixa de rendimento no Maranhão em 2011, 2013 e 2015 - Em percentual

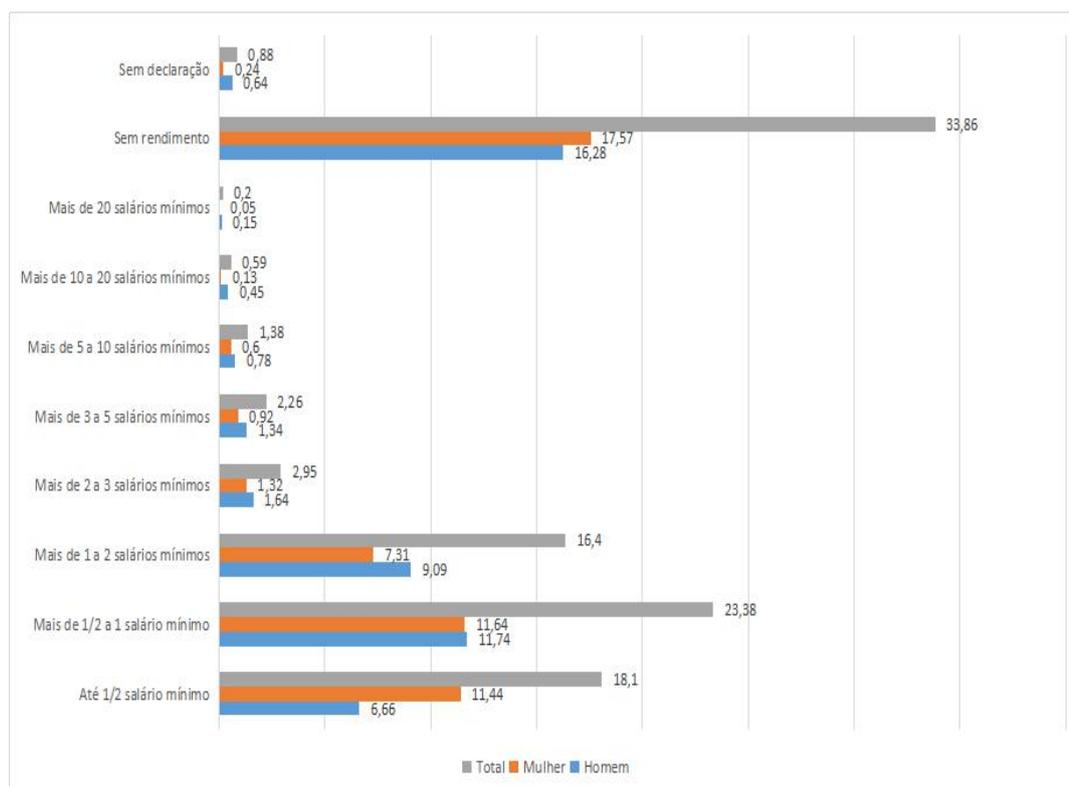


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

A distribuição do rendimento entre homens e mulheres revela assimetrias entre os sexos, de acordo com dados da PNAD de 2015. A maior parte dos que ganhavam até meio salário mínimo (11,44%) são mulheres, que dividiam com os homens a faixa de rendimento entre meio e um salário mínimo. À medida que as faixas de rendimento aumentam, a participação feminina diminui. Assim, elas representavam 7,31% dos que ganhavam entre um e dois salários (16,4%), 1,32% dos que recebiam entre dois e três salários (2,95%). Com isso, as mulheres maranhenses são as que menos recebem em todas as faixas de rendimento. A maior parte das mulheres, inclusive, compõe a população sem rendimento (17,57%), que é de 33,86%.



Gráfico 20 - Faixa de rendimento médio mensal da população maranhense por sexo em 2015 - Em percentual



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2015

Os valores dos rendimentos médios da população, por sexo e faixa de rendimento, estão na Tabela 1. Constata-se que em 2015 o rendimento médio mensal da era de R\$ 687,00. Contudo, o rendimento dos homens (R\$ 802,00) era superior ao das mulheres (R\$ 577,00).

Tabela 1 - Rendimento Médio Mensal da População por Sexo em 2015 (R\$ Reais)

	Rendimento Médio Mensal		
	Média Geral (Total)	Homem	Mulher
	687	802	577
Até 1/2 salário mínimo	200	205	197
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	698	688	708
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1119	1110	1130



Mais de 2 a 3 salários mínimos	1885	1881	1889
Mais de 3 a 5 salários mínimos	2.989	3.025	2.936
Mais de 5 a 10 salários mínimos	4.950	4.953	4.945
Mais de 10 a 20 salários mínimos	10.396	10.454	10.200
Mais de 20 salários mínimos	22.672	22.843	22.201
Sem rendimento	0	0	0
Sem declaração	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

A população sem rendimento no Nordeste é de 31,42% e no Brasil 29,42%. Verifica-se, assim, que o percentual no Maranhão, apesar de ser ligeiramente superior ao percentual regional e nacional, acompanha a tendência.

Tabela 2 - População sem rendimento no Brasil, Nordeste e Maranhão em 2015 - (Pessoas de 10 anos ou mais de idade)

	População (milhões)	Em Percentual	Urbana	Rural
Brasil	52.272	29,42%	24,53%	4,89%
Nordeste	15.206	31,41%	22,46%	8,95%
Maranhão	1.914	33,86%	18,93%	14,93%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - 2015

Ao analisar a população sem rendimento por sexo e situação de domicílio, verifica-se que a população feminina sem rendimento é superior à masculina no Maranhão, no Nordeste e no Brasil.

No Brasil e Nordeste, os homens sem rendimento estão, predominantemente, na zona urbana, enquanto no Maranhão há uma relativa equivalência entre as zonas urbanas e rurais, o que também ocorre no caso das mulheres.

Tabela 2 - População sem rendimento por situação de domicílio e sexo no Brasil, Nordeste e Maranhão em 2015 - Em percentual

	Homem			Mulher		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Brasil	11,92	9,67	2,25	17,5	14,86	2,64
Nordeste	14,44	9,78	4,66	16,97	12,68	4,29



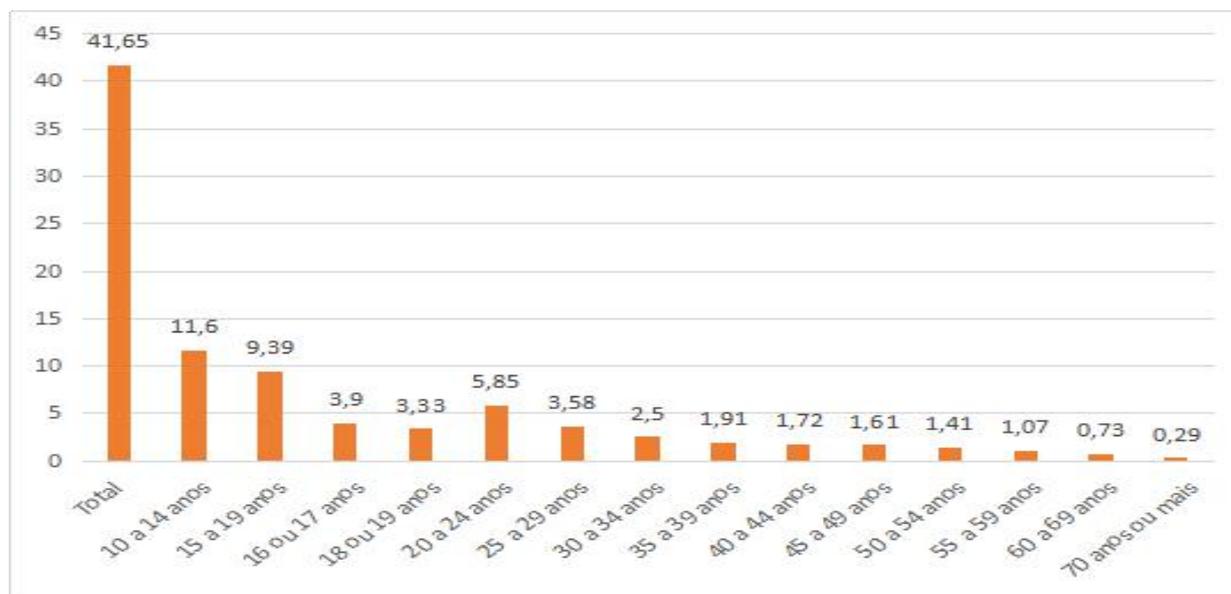
Maranhão	16,28	8,57	7,71	17,57	10,35	7,22
----------	-------	------	------	-------	-------	------

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - 2015

No censo de 2010, a população maranhense sem rendimento chegava a 41,65%, o que evidencia que houve um aumento da população remunerada entre 2010 e 2015. Além disso, o Gráfico X mostra que a maior parte da população sem remuneração em 2010 estava no grupo etário de 10 a 14 anos (11,9%), sendo que a maior parte da população sem remuneração (34,07) tinha até 24 anos de idade.

Os dados sugerem, portanto, que a população maranhense sem remuneração é composta majoritariamente por jovens ocupados em atividades de ajuda doméstica tanto na zona urbana como rural.

Gráfico 21 - População maranhense sem rendimento por grupo de idade em 2010 - Em percentual

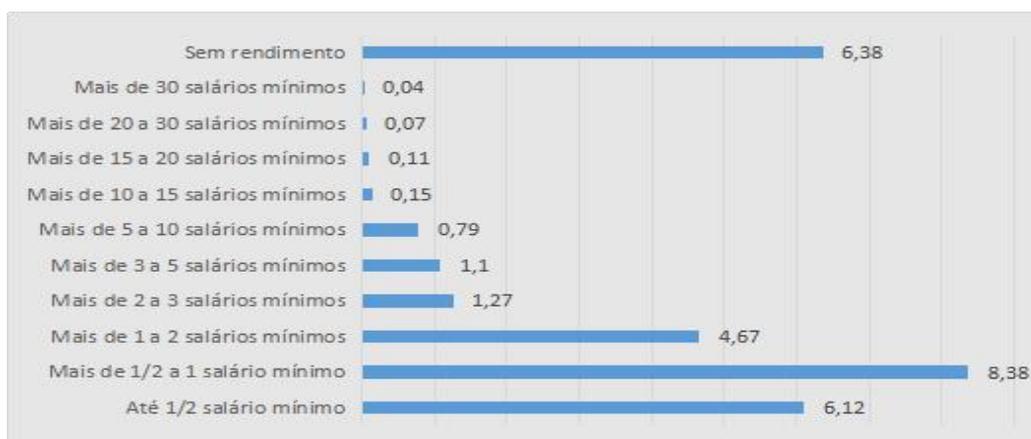


Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 2010

Em termos salariais, o Gráfico 20 mostra que, entre a população com alguma deficiência, predominavam em 2010 os rendimentos nominais entre meio e um salário mínimo (8,38%), sendo o percentual dos que auferiam até meio salário de 6,12%. Os que não tinham nenhum rendimento eram 6,38%.



Gráfico 22– Rendimento nominal das pessoas com deficiência na PEA – 2010 (Em percentual)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

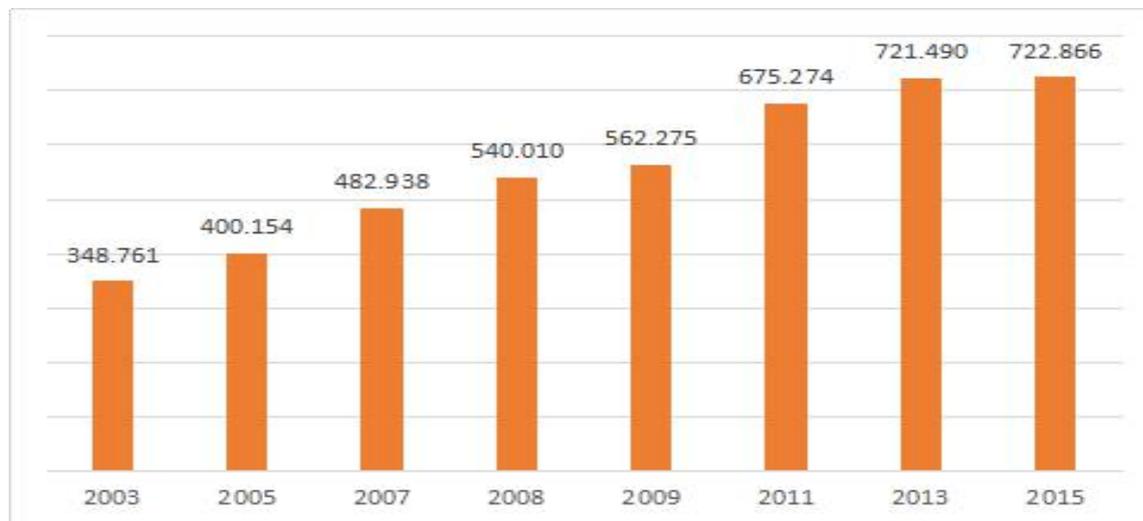
Na próxima seção, analisam-se as tendências do emprego formal no estado.

3. Comportamento e Tendências do Emprego Formal

No 3º trimestre de 2016, os trabalhadores formais correspondiam a 33% da População Economicamente Ativa. O estoque de empregos formais no Maranhão tem crescido nas últimas décadas. Em 2003 o estado possuía 348.761 empregos, enquanto em 2015 o montante chegou a 722.866 postos de trabalho, ou seja, um crescimento absoluto de 207% no volume de empregos formais, conforme o Gráfico 23.



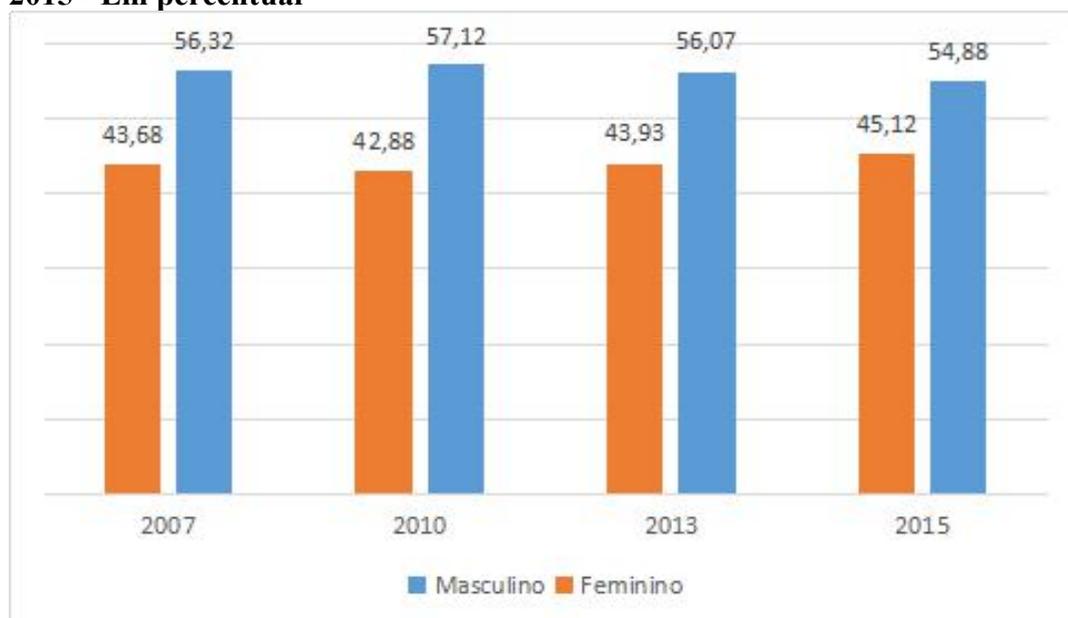
Gráfico 23 - Evolução do Estoque de Empregos no Maranhão - 2003 a 2015 - Mil



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho

A participação feminina no mercado de trabalho maranhense tem crescido gradativamente, conforme o Gráfico 22. Em 2007 elas representavam 43,68% da força de trabalho, percentual que se elevou para 45,12% em 2015.

Gráfico 24 - Participação de homens e mulheres no estoque de empregos formais de 2007 a 2015 - Em percentual



Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho

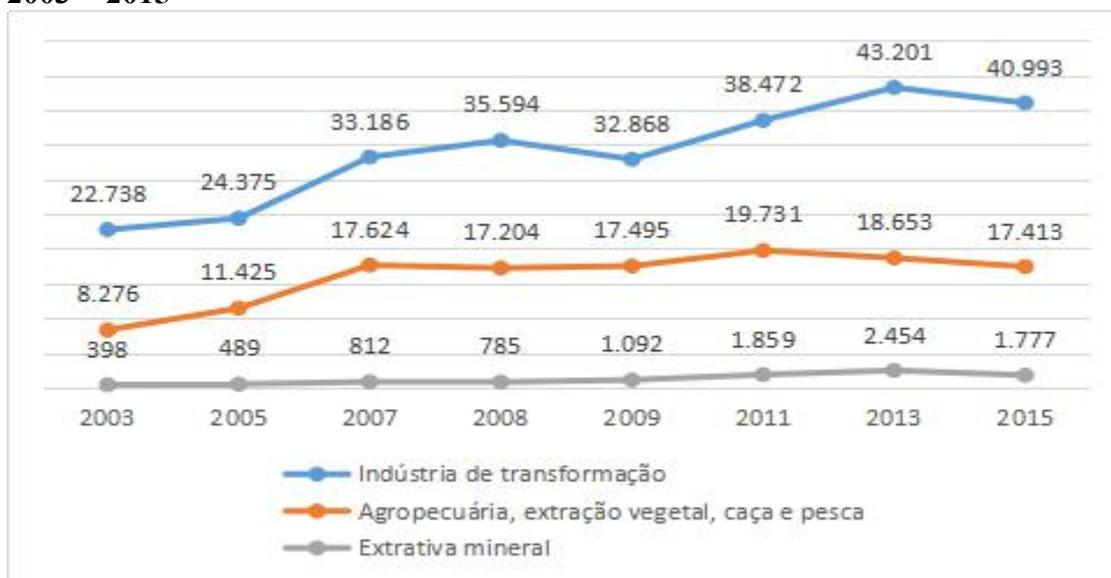
Ao analisar em quais setores houve um aumento do volume de empregos entre 2003 e 2015, nota-se que na Indústria de Transformação houve um aumento no volume de empregos de 180,28%,



passando de 22.738 para 40.993 postos de trabalho. Contudo, o incremento de postos de trabalho no setor não foi uniforme no período. A crise de 2008 impôs uma redução de empregos no setor, que demitiu 2.726 trabalhadores entre 2007 e 2008. A partir de 2009 o setor voltou a contratar, tendência que permaneceu até 2013, quando iniciou-se a crise e as demissões começaram no setor. Houve uma redução, entre 2013 e 2015, de 2.208 postos de trabalho na Indústria de Transformação.

O setor que abarca a Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca teve um comportamento semelhante. Houve um incremento absoluto de 9.137 postos de trabalho no período, ou seja, de 210%. Na crise de 2008, o impacto foi menor, com a redução de 420 postos de trabalho e, a partir disso, passou a ter um comportamento positivo, incorporando trabalhadores. Entre 2013 e 2015, contudo, houve o fechamento de 1.240 postos de trabalho. O contexto, portanto, foi mais severo que a crise de 2008 no setor.

Gráfico 25 - Volume de Estoque por Setores Selecionados de Atividade Econômica I / 2003 - 2015



Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho

A Administração Pública é o setor que concentra o maior volume de empregos formais desde 2003. Eram 158.394 em 2003 e em 2015 já somavam 270.545, ou seja, houve um crescimento de postos de trabalho de 170,80%. Houve, mesmo durante os períodos de crise, um incremento no volume de empregos no setor. Só entre 2013 e 2015 houve, conforme o Gráfico 24, o acréscimo de 6.629 novos servidores.

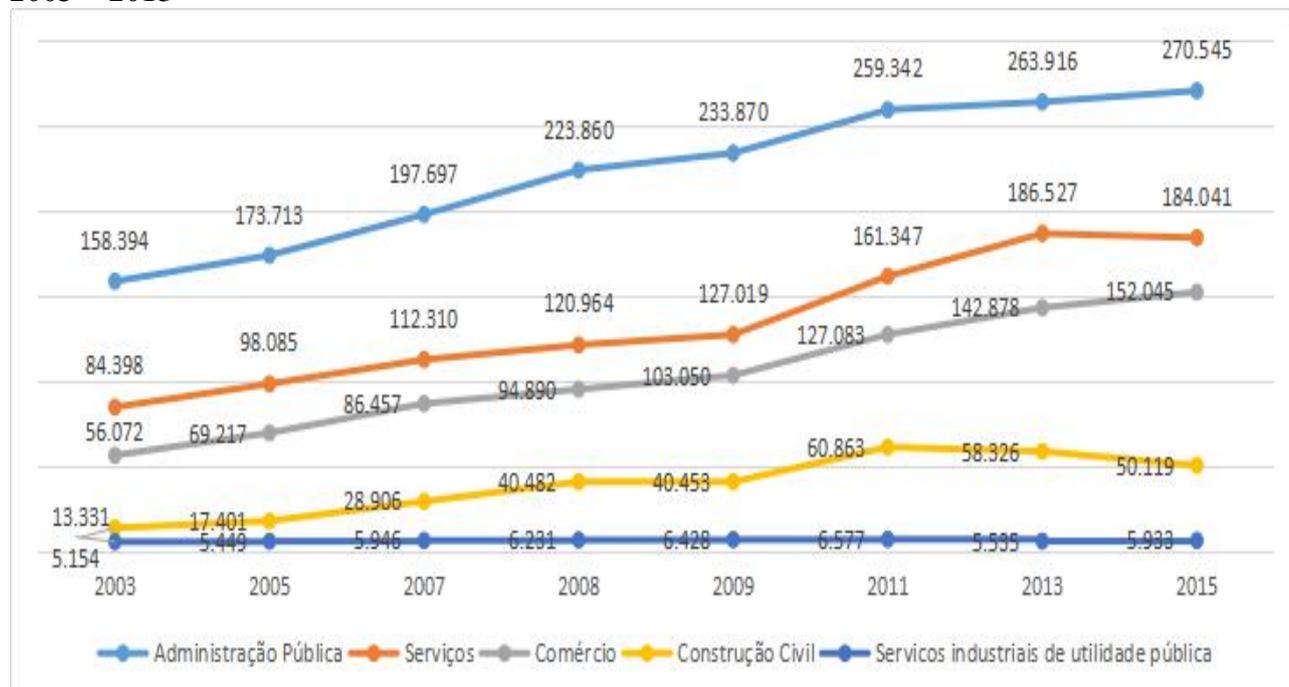


O setor de Serviços, por sua vez, saltou de 56.072 para 184.041 postos de trabalho, ou seja, um acréscimo de 328,22% no período. A crise iniciada em 2013, contudo, impôs uma redução de 2.486 postos de trabalho no setor no período.

O Comércio, ao longo do período, manteve um comportamento crescente de incorporação de postos de trabalho.

A Construção Civil, contudo, foi um dos setores que mais oscilações sofreu ao longo do período. Em 2003 o setor possuía 13.331 postos formais de trabalho. Entre 2008 e 2009, o setor contava com cerca de 40.400 postos de trabalho, não tendo a crise impactado diretamente na redução de empregos no setor naquele momento. Em 2011, ápice da Construção Civil no Maranhão, havia 60.863 postos de trabalho. Desde então tem havido uma crescente redução dos postos de trabalho no setor, tendo o ano de 2013 registrado 58.326 empregos na área e 2015 somente 50.119, ou seja, houve uma redução de 8.307 postos de trabalho em dois anos.

Gráfico 25 - Volume de Estoque por Setores Selecionados de Atividade Econômica II / 2003 - 2015



Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho

Ao analisar o comportamento do estoque de empregos formais em 2016, verifica-se que houve a redução, até outubro, de 14.139 postos de trabalho, sendo os setores mais afetados a Construção Civil



(-9.431), o Comércio (-3.575) e a Indústria de Transformação (-1.452). Com, isso, o volume de empregos formais no estado tende à redução.

Tabela 3 - Comportamento do Estoque de Empregos Formais em 2016

Setor	Saldo em 2015	Jan-Out 2016	Saldo Acumulado
Administração Pública	270.545	232	270.313
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	17.413	111	17.302
Comércio	152.045	-3.575	148.470
Construção Civil	50.119	-9.431	40.688
Extrativa Mineral	1.777	-42	1.735
Indústria de Transformação	40.993	-1.452	39.541
Serviços	184.041	146	183.895
Serviços Industriais de Utilidade Pública	5.933	-128	5.805
Total	722.866	-14.139	708.727

Fonte: Rais e CAGED

A Tabela 4 mostra o estoque de empregos formais de acordo com os setores de classificação econômica da CNAE. Nota-se que a Administração Pública, Defesa e Seguridade Social é o setor com o maior estoque de empregos, seguido do Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas e, na sequência, a Construção Civil e, em termos de volume de emprego, as Atividades Administrativas e Serviços Complementares estão na sequência.

Tabela 4 - Evolução do estoque emprego formal por setor econômico CNAE 2007-2015

	2007	2009	2011	2013	2015
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	197.699	234.010	260.098	264.898	270.874
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	86.585	103.367	126.493	142.098	151.256
CONSTRUÇÃO	29.157	42.115	61.350	59.914	51.449
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	25.864	31.997	40.819	49.391	49.025
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	31.095	29.912	35.957	40.129	37.842



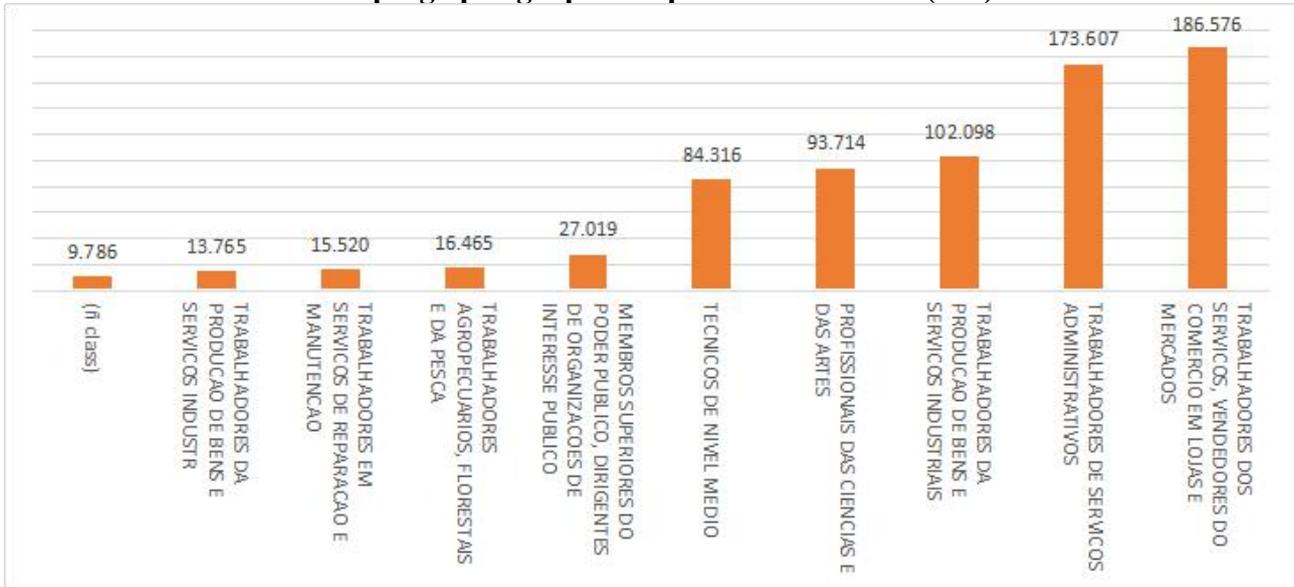
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	18.541	20.003	25.899	27.568	27.811
EDUCAÇÃO	11.311	13.108	17.761	20.488	24.284
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	12.730	14.595	19.378	23.745	22.446
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	20.937	20.703	26.142	22.848	20.497
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	19.956	18.615	16.612	19.610	18.629
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	9.422	11.554	14.597	17.331	18.440
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	3.802	4.270	7.656	9.904	7.271
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	5.029	5.497	6.680	7.056	6.823
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.840	3.298	4.396	4.840	4.516
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	4.213	4.704	5.402	3.971	4.198
ELETRICIDADE E GÁS	1.873	1.900	1.417	1.840	1.993
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	339	557	1.597	2.106	1.947
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	812	1.092	1.859	2.454	1.777
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	575	841	1.025	1.260	1.754
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	157	133	136	39	34
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	1	4	0	0	0
Total	482.938	562.275	675.274	721.490	722.866

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho

Em 2015, dos 722.866 trabalhadores formais, a maior parte era composta por Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados (186.576), vindo na sequência os Trabalhadores de Serviços Administrativos (173.607), Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais (102.098), Profissionais das Ciências e das Artes (93.714) e Técnicos de Nível Médio (84.316), conforme Gráfico B.



Gráfico 27 - Volume de emprego por grupos ocupacionais em 2015 (Mil)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho

Dentre as ocupações, destacam-se pelo volume de emprego os Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos (105.535), os Vendedores e Demonstradores (53.781), os Trabalhadores nos Serviços de Administração, Conservação e Manutenção de Edifícios (50.071), Professores de Nível Superior na Educação Infantil e Ensino Fundamental (49.288), conforme o Gráfico 26.

Gráfico 28- Grupo de Ocupações com mais de 10 mil empregos em 2015



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho



Os maiores volumes de emprego em 2015 por ocupação, por sua vez, eram de Assistente Administrativo (71.072), Vendedor de Comércio Varejista (35.528), Auxiliar de Escritório (31.296) e Professores, conforme o Gráfico 29.

Gráfico 29 - Ocupações com maior volume de emprego em 2015

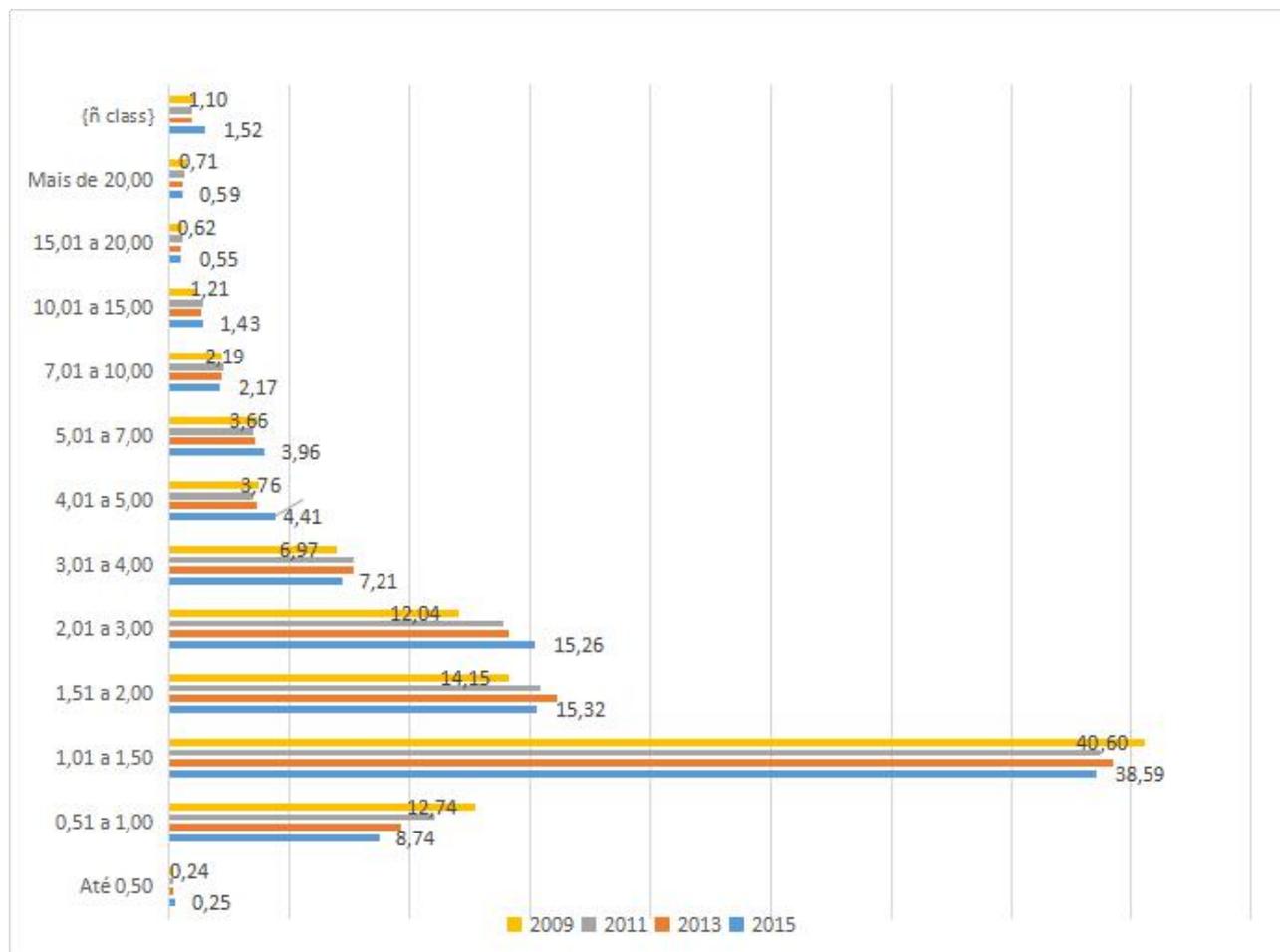


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho

Gráfico 28 mostra que a faixa de rendimento médio dos trabalhadores formais em 2015 mais representativa é a de um a um salário mínimo e meio, com 38,59% dos trabalhadores com esse rendimento. Os trabalhadores que recebem entre um salário e meio a dois correspondem à 15,32% dos empregados, vindo em seguida os trabalhadores que recebem entre dois e três salários (15,26%). Verifica-se, assim, 77,91% dos trabalhadores recebem até três salários mínimos.



Gráfico 29 - Rendimento Médio dos Trabalhadores Formais em 2015

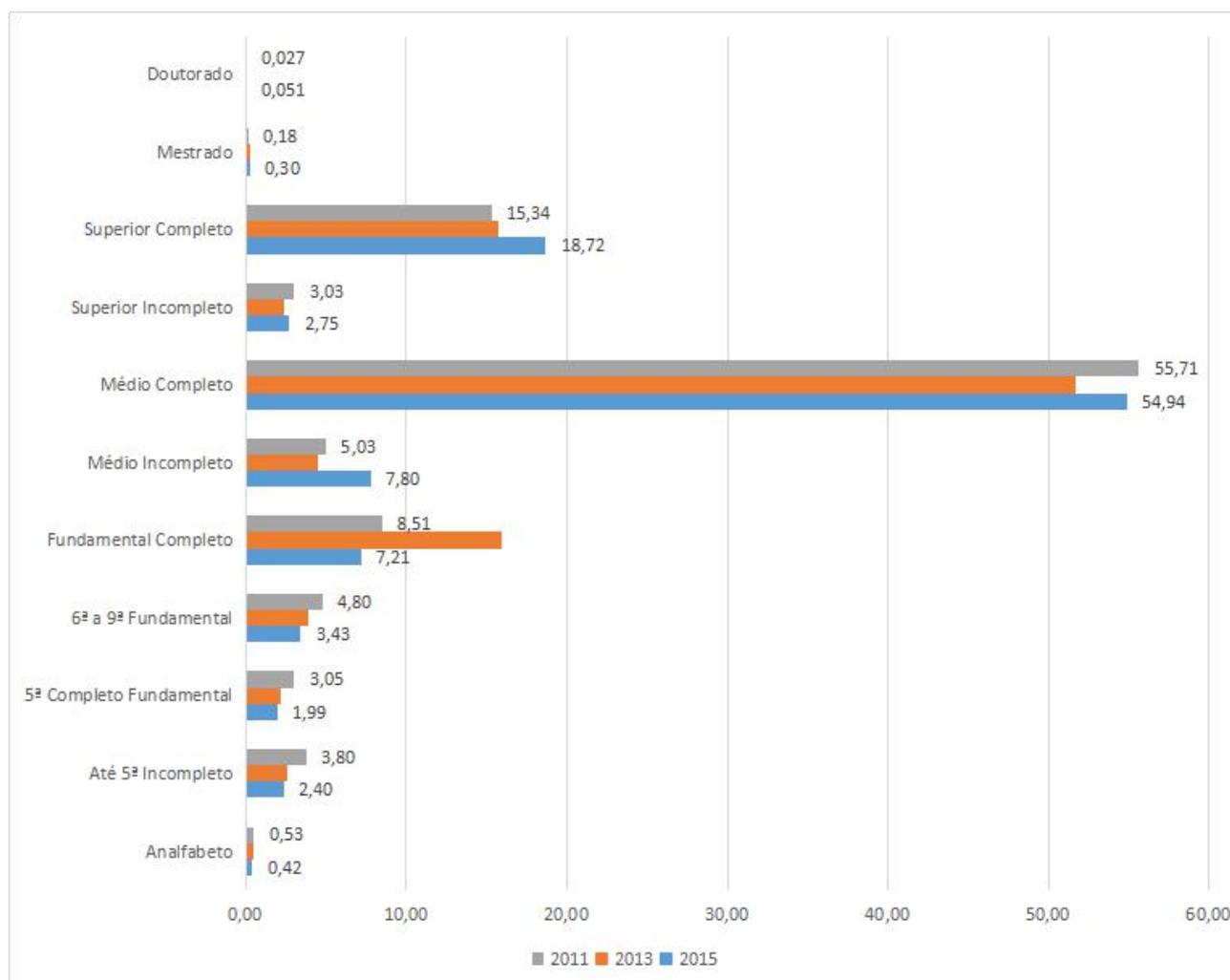


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho

Ao analisar o volume de empregos entre 2011 e 2015, verifica-se que o nível de escolaridade dos trabalhadores formais é, predominantemente, o ensino médio, apesar das ligeiras oscilações no período, estando relativamente estável na casa dos 54%. Os trabalhadores com ensino superior completo, por sua vez, passaram a ocupar 18,72% das vagas, contra 15,34% em 2011.



Gráfico 30 - Escolaridade dos trabalhadores formais 2011- 2015 -Em percentual



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho



Glossário¹

Situação do domicílio:

A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 1991. Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

Condição de Ocupação

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

Pessoas Ocupadas

Foram classificadas como ocupadas na semana de referência às pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, etc.

Pessoas Desocupadas

Foram classificadas como desocupadas as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procurar trabalho na semana de referência.

Condição de Atividade

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de atividade na semana de referência, em economicamente ativas e não-economicamente ativas.

Pessoas Economicamente Ativas

As pessoas economicamente ativas, na semana de referência, compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.

Pessoas não economicamente ativas

¹ Definições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



Foram definidas como não-economicamente ativas, na semana de referência, as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem desocupadas nesse período.

Atividade

A classificação da atividade do empreendimento foi obtida através da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

Posição na ocupação

Foram definidas oito categorias de posição na ocupação:

Empregado - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;

Trabalhador Doméstico - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;

Conta própria - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado;

Empregador - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar, que era empregado na produção de bens primários ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador;

Outro trabalhador não remunerado - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;

Trabalhador na produção para o próprio consumo - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; e

Trabalhador na construção para o próprio uso - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.



Para efeito de divulgação, em todas as tabelas que apresentam a classificação por posição na ocupação, as categorias trabalhador não remunerados, membro da unidade domiciliar, e outro trabalhador não remunerado foram reunidas em uma única, que recebeu a denominação de não remunerado.

Categoria do emprego

Os empregados, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; e outros.

A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi constituída pelos militares do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas que estavam prestando o serviço militar obrigatório, e pelos empregados regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos (federalis estaduais e municipais ou de autarquias).

Os trabalhadores domésticos, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada.

Rendimento Mensal de Trabalho

Considerou-se como rendimento mensal de trabalho:

- a) Para os empregados - A remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de setembro de 1997;
- b) Para os empregadores e conta-própria - A retirada mensal ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de setembro de 1997.

Pesquisou-se o valor do rendimento em dinheiro e em produtos ou mercadorias, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência, não sendo investigado o valor da produção para consumo próprio.

Os empregados e trabalhadores domésticos que recebiam apenas alimentação, roupas, medicamentos, etc.(benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, foram incluídos no grupo "sem rendimento".

Rendimento Mensal

A soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes constituiu o rendimento mensal apresentado para as pessoas de 10 anos ou mais de idade e para as economicamente ativas. O rendimento mensal apresentado para as pessoas não economicamente ativas foi o oriundo de outras fontes.

Taxa de Participação ou Taxa de atividade (PEA/PIA)



A participação da população economicamente ativa no total da população em idade ativa.